

ESTUDO TÉCNICO

N.º 23/2014

Principais resultados da Síntese de Indicadores  
Sociais com implicações nas Políticas de  
Desenvolvimento Social

MDS

SAGI

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

## **Estudo Técnico**

Nº 23/2014 - Principais resultados da Síntese de Indicadores Sociais com implicações nas Políticas de Desenvolvimento Social

### **Técnicos responsáveis**

Marconi Fernandes de Sousa

Dionara Borges Andreani

### **Revisão**

Paulo de Martino Jannuzzi

Estudos Técnicos SAGI é uma publicação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) criada para sistematizar notas técnicas, estudos exploratórios, produtos e manuais técnicos, relatórios de consultoria e reflexões analíticas produzidas na secretaria, que tratam de temas de interesse específico do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para subsidiar, direta ou indiretamente, o ciclo de diagnóstico, formulação, monitoramento e avaliação das suas políticas, programas e ações.

O principal público a que se destinam os Estudos são os técnicos e gestores das políticas e programas do MDS na esfera federal, estadual e municipal. Nesta perspectiva, são textos técnico-científicos aplicados com escopo e dimensão adequados à sua apropriação ao Ciclo de Políticas, caracterizando-se pela objetividade, foco específico e tempestividade de sua produção.

Futuramente, podem vir a se transformar em artigos para publicação: Cadernos de Estudos, Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA) ou outra revista técnica-científica, para alcançar públicos mais abrangentes.

**Palavras-chave:** *síntese, indicadores sociais, desigualdade*

### **Unidade Responsável**

#### **Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação**

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 307

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 2030-1501 | Fax: 2030-1529

[www.mds.gov.br/sagi](http://www.mds.gov.br/sagi)

#### **Secretário de Avaliação e Gestão da Informação**

Paulo de Martino Jannuzzi

#### **Secretária Adjunta**

Paula Montagner

## APRESENTAÇÃO

O presente Estudo Técnico apresenta um resumo da publicação *Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira* (IBGE, 2014) no que tange aos resultados relacionados às políticas de desenvolvimento social. A publicação apresenta um conjunto multitemático de informações sobre a realidade social do país tendo como principal fonte de dados os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013, com algumas séries históricas ou comparações com os resultados da PNAD 2004. Traz-se os resultados sumários nas seções Desigualdade, Mercado de Trabalho, Trabalho infantil e Jovens, Educação Infantil, Demografia e Domicílios.

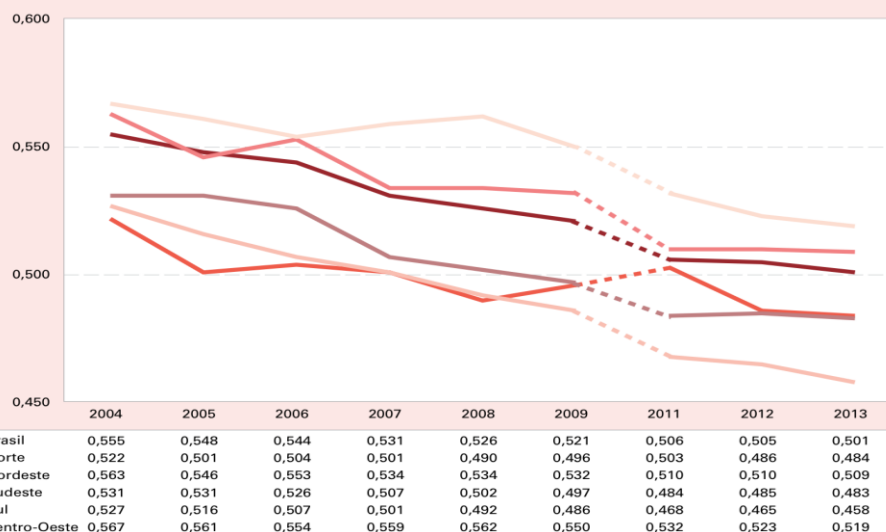
### 1. Desigualdade

A publicação destaca o ciclo de crescimento do PIB observado de 2000 a 2013 acompanhado pela redução da desigualdade que se explica:

“...em parte pelo crescimento econômico observado e também por um conjunto de políticas e conjunturas, como a valorização do salário mínimo (reajustado nos últimos anos em patamares acima da inflação real observada), programas de transferências de renda, e também uma evolução favorável do rendimento do trabalho, devido à crescente formalização e maior capacidade de barganha dos trabalhadores para ganhos salariais, sobretudo até a crise de 2008-2009” (IBGE, 2014, pg. 153).

De fato, a queda do Índice de Gini do rendimento mensal de todas as fontes de 2004 a 2013 é apresentada abaixo, com queda em todas as regiões (IBGE, 2014, pg. 154):

**Gráfico 5.2 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimento, segundo as Grandes Regiões - 2004/2013**



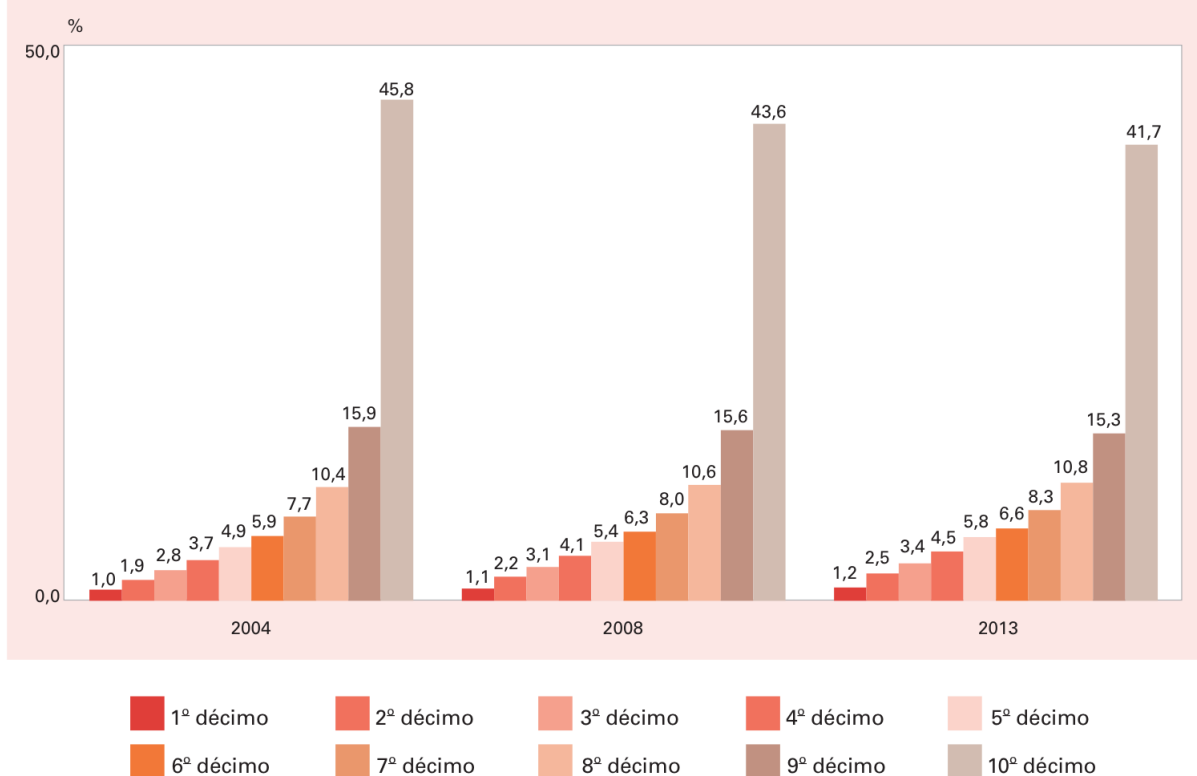
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

Nota: Excluídas as informações das pessoas sem declaração de rendimento.

Além do Gini, a publicação apresenta a evolução de 2004 a 2013 da apropriação do rendimento familiar *per capita*<sup>1</sup> pelos décimos destes rendimento. Em 2004, os 10% mais ricos se apropriavam de 45,8% do rendimento familiar total, passando para uma apropriação de 41,7% em 2013. Já os 10% mais pobres se apropriavam de 1,0% do total do rendimento familiar, passando a apropriar 1,2% em 2013.

<sup>1</sup> Pode haver um equívoco de nomenclatura, pois talvez o indicador utilizado foi o rendimento domiciliar *per capita*, no momento da produção deste resumo não houve tempo hábil para verificar se há esta diferença processando os microdados da PNAD.

**Gráfico 5.3 - Distribuição percentual do rendimento familiar *per capita*, por décimos de rendimento - Brasil - 2004/2013**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

Notas: 1. Exclui arranjos familiares sem rendimentos e sem declaração de rendimentos.

2. Exclui as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

A publicação também apresenta o Índice de Palma que é composto pela apropriação dos rendimentos dos 40% mais pobres, apropriação do decis 4 a 9 e, por fim, do último decil. Calculado com a distribuição dos rendimentos de todas as fontes para a população de 10 anos ou mais de idade temos que em 2004, os 40% mais pobres da população se apropriava de 10,6% do total de rendimentos passando, em 2013, a apropriar-se de 13,2% dos rendimentos. Entre os 10% mais ricos houve uma queda de 2004 a 2013 de 45,5 para 41,4% dos rendimentos (IBGE, 2014, pg. 156).

**Tabela 1 - Distribuição dos rendimentos de todas as fontes das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimentos, por classes de rendimentos, e Índice de Palma - Brasil - 2004/2013**

Ano	Distribuição dos rendimentos de todas as fontes das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimentos, por classes de rendimentos (%)			Índice de Palma (C/A)
	Até 40% (A)	De mais de 40% a 90% (B)	De mais de 90% (C)	
2004	10,6	43,9	45,5	4,3
2013	13,2	45,4	41,4	3,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

Nota: Excluídas as pessoas sem rendimentos e sem declaração de rendimentos.

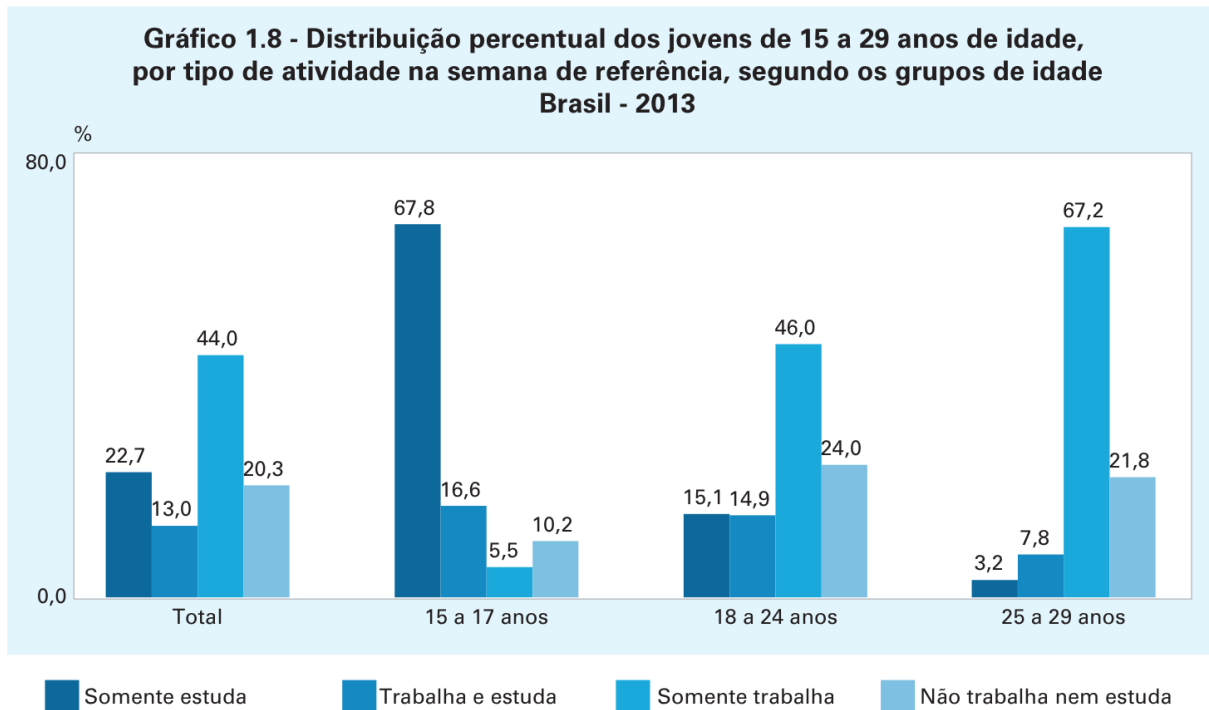
Por fim, segue quadro resumo destes resultados:

Indicador	2004	2013	Varição percentual
Índice de Gini do rendimento mensal de todas as fontes	0,555	0,505	-9,0
Apropriação de rendimento familiar dos 20% + Pobres	2,9	3,7	27,6
Apropriação do rendimento familiar dos 20% + Ricos	61,7	56	-9,2

## 2. Mercado de trabalho

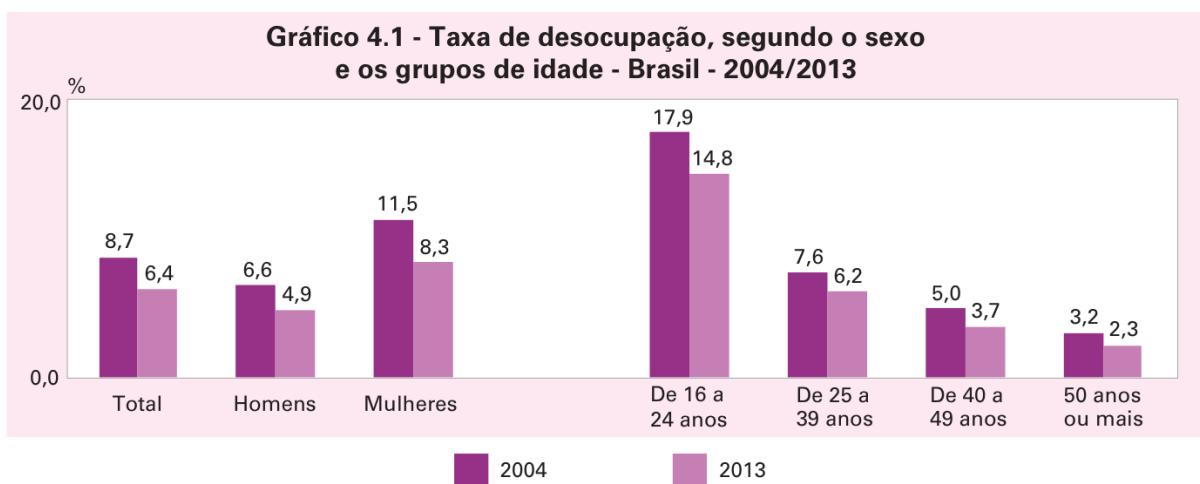
A seção sobre o Trabalho na publicação propõe uma abordagem que busca fazer um retrato da estrutura do mercado de trabalho brasileiro em 2013, bem como sinalizar as mudanças ocorridas nos últimos 9 anos, inclusive do ponto de vista da desigualdade de grupos sociais, em especial, gênero e cor/raça.

Em relação a inserção no mercado de trabalho dos jovens, há o aumento de 2004 a 2013 da parcela em idade ativa adiando a entrada no mercado de trabalho para se manter na escola. Destaca-se a população de jovens de 15 a 17 anos que em 2004, 59,3% apenas estudava, passando para uma parcela de 67,8% deste grupo etário em 2013, representando um aumento de 8,5% em pontos percentuais (IBGE, 2014, pg. 31).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

A taxa de desocupação de 2004 a 2013 caiu de 8,7% para 6,4% na população economicamente ativa (variação de 1,3% em pontos percentuais). A queda na taxa de desocupação se observa para homens e mulheres e para todas as faixas etárias em idade ativa conforme o Gráfico 4.1 (IBGE, 2014, pg. 129) da publicação:

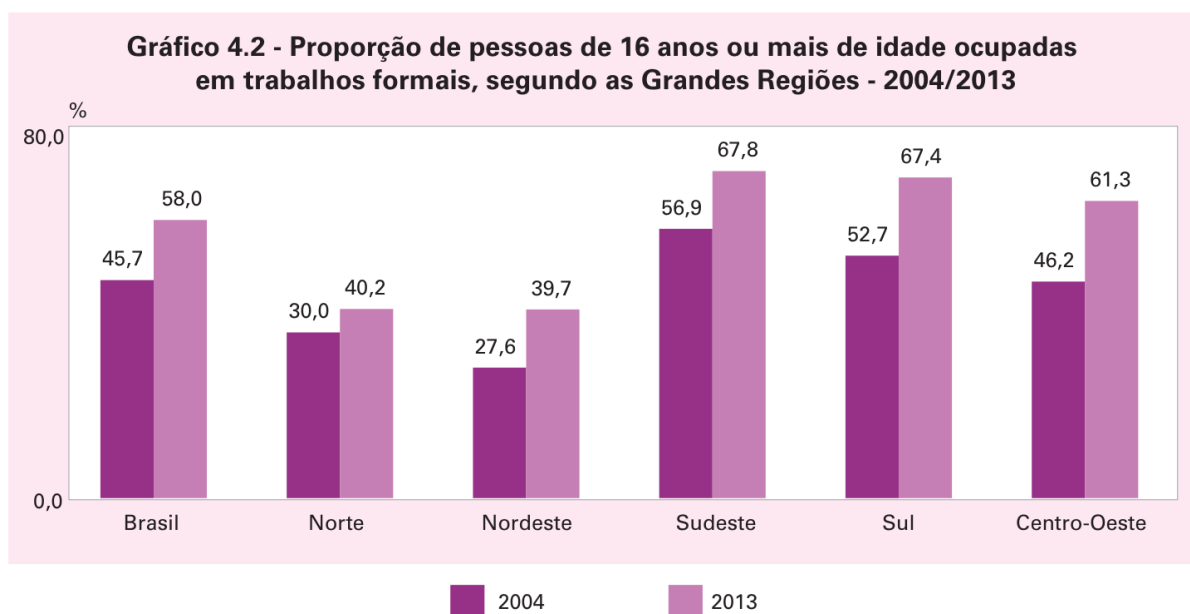


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

A queda da taxa de desocupação representa a diminuição absoluta de 1,3 milhões de desempregados no período. Dos que compunham ou entraram na força de trabalho (PEA), observou se o aumento de 13,5 milhões de pessoas na população economicamente ativa.

Saindo de 81,9 milhões de ocupados em 2004 para 95,4 milhões em 2013 (Ver Diagramas 1 e 2 da publicação).

Dentre os ocupados, a publicação destaca o aumento da formalização do mercado de trabalho de 2004 a 2013, registrando 37,4 milhões de trabalhadores formais em 2004 e passando por um aumento de 47,8%, chegando a 55,3 milhões de trabalhadores nesta condição em 2013, ou seja, 18 milhões de empregos formais a mais (IBGE, 2014, pg. 129-130). Este aumento se deu em todas as Grandes Regiões.

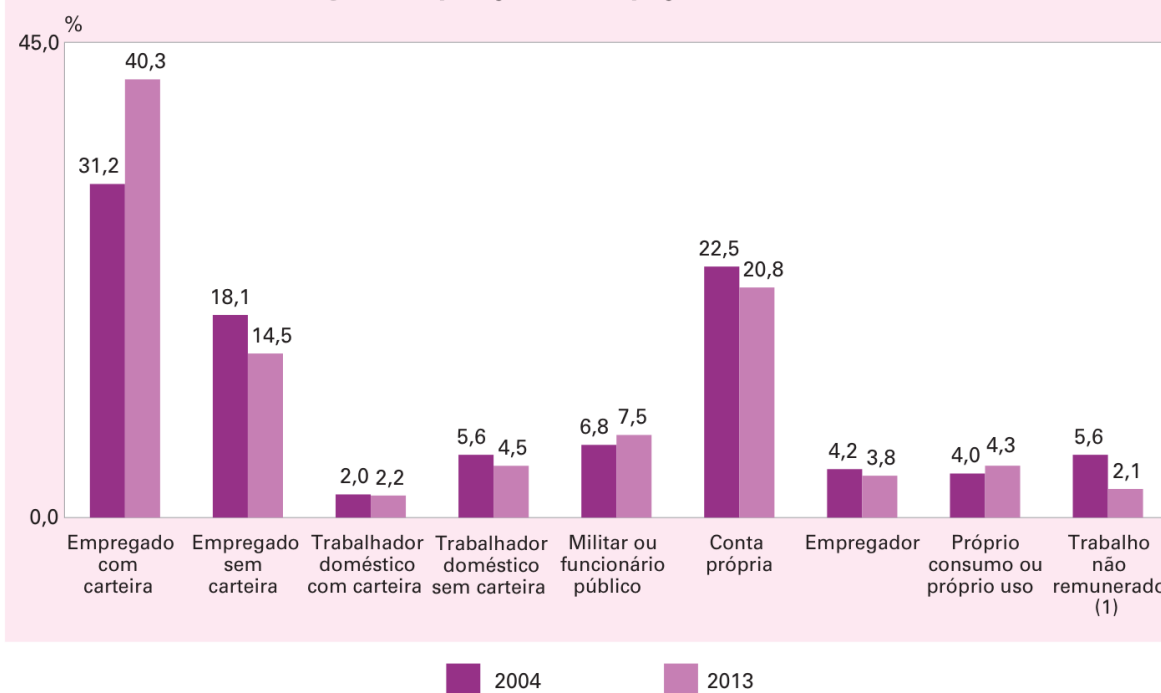


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

A queda na participação de trabalhadores informais na população ocupada foi de 10,1% de 2004 a 2013, representando a diminuição absoluta de 4,5 milhões de ocupações. Em relação à posição na ocupação, destaca-se a queda da participação do grupo de empregados sem carteira assinada entre os ocupados, 18,1% em 2004 para 14,5% em 2013, assim como, os trabalhadores domésticos sem carteira, 5,6 em 2004 para 4,5 em 2013 (IBGE, 2014, pg. 134).

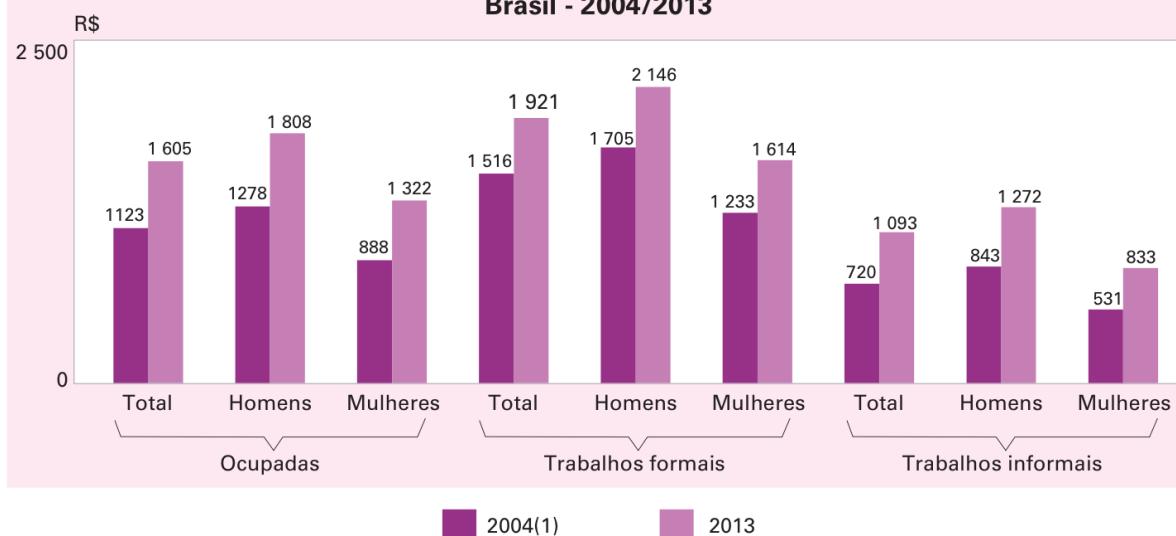


**Gráfico 4.6 - Distribuição percentual das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas, segundo a posição na ocupação - Brasil - 2004/2013**



A ampliação do emprego, em especial, do emprego formal também foi acompanhado do aumento real do rendimento médio mensal do trabalho. No período de 2004 a 2013 observa-se o aumento real de 43% conforme exposto no Gráfico 4.5 (IBGE, 2014, pg. 134).

**Gráfico 4.5 - Rendimento médio mensal do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas em trabalhos formais e informais, segundo o sexo Brasil - 2004/2013**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

(1) Valores inflacionados pelo INPC de setembro de 2013.

Por fim, segue quadro síntese:

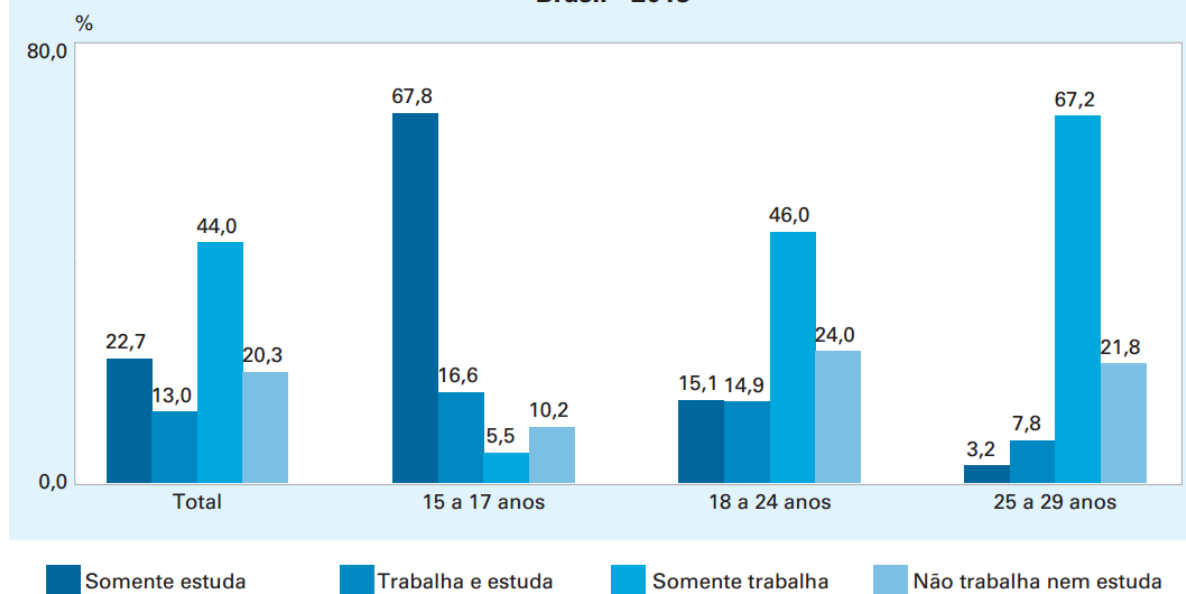
<b>Indicador</b>	<b>2004</b>	<b>2013</b>	<b>Variação percentual</b>	<b>Variação absoluta</b>
População em Idade Ativa (milhões de pessoas)	128,9	153	18,7	24,1
População Economicamente Ativa	89,7	101,9	13,6	12,2
População ocupada (milhões de pessoas)	81,9	95,4	16,5	13,5
População desocupada	7,8	6,5	-17,2	-1,3
Ocupados com vínculos formais (milhões de pessoas)	37,4	55,3	47,8	17,9
Ocupados sem vínculos formais	44,5	40,0	-10,1	-4,5
Rendimento do trabalho (em reais de setembro de 2013)	1123	1605	42,9	482

### **3. Trabalho infantil e jovens**

Quanto ao trabalho de crianças os dados da PNAD 2013 mostraram que, no grupo de pessoas entre 5 e 13 anos de idade o nível de ocupação foi de 1,8%, para as pessoas de 14 ou 15 anos de idade foi de 11,4% e para aqueles com 16 ou 17 anos de idade foi de 26,4%. Outro aspecto relacionado ao tema está na dedicação destas aos afazeres domésticos. Assim, para o grupo de 10 a 15 anos de idade, 37,6% dos meninos e 68,5% das meninas declararam cuidar de afazeres domésticos na semana de referência, em 2013, sendo que o número de horas dedicadas a esta atividade também foi superior para as meninas (em média, 12,2 horas semanais).

Com relação ao direito à profissionalização, ao trabalho e à renda de jovens merece destaque a proporção de jovens que, na semana de referência, não trabalhavam nem estudavam no ensino regular. Entre os jovens de 15 a 29 anos de idade, praticamente 1 em cada 5 não frequentavam escola de ensino regular e não trabalhavam na semana de referência, em 2013. No grupo de 15 a 17 anos esta proporção foi de 10,2% dos jovens desta idade, enquanto entre aqueles com 18 a 24 anos a incidência chegou a 24,0% dos jovens, e para aqueles com 25 a 29 anos de idade o indicador foi de 21,8% (Gráfico 1.8).

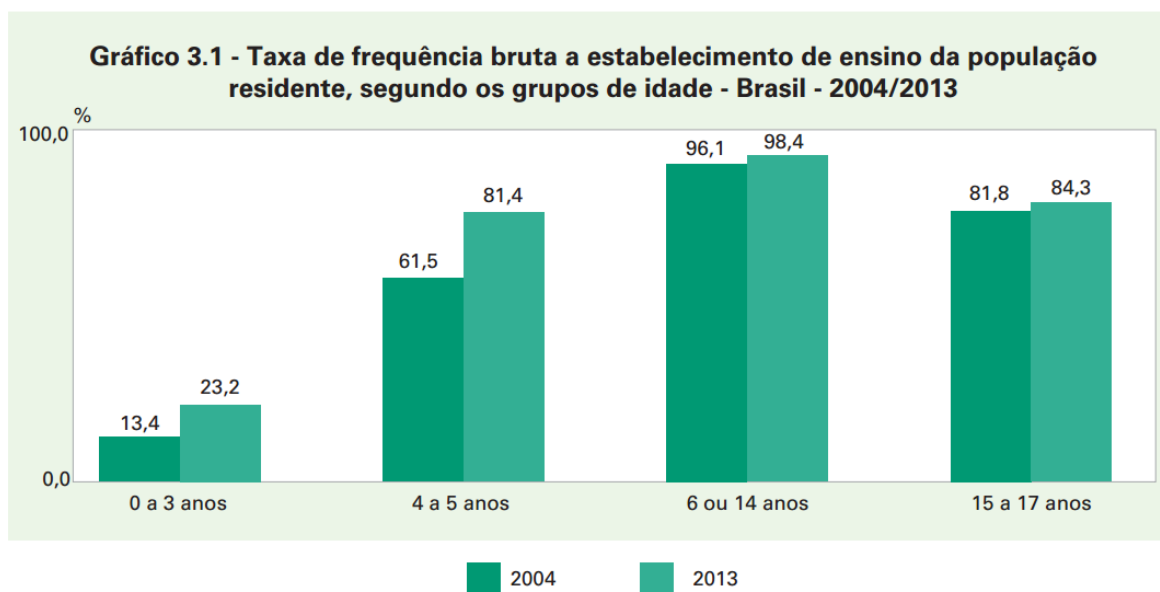
**Gráfico 1.8 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos de idade, por tipo de atividade na semana de referência, segundo os grupos de idade Brasil - 2013**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

#### 4. Educação infantil

Houve um crescimento substantivo do acesso à educação infantil de acordo com os dados da PNAD 2013. De 2004 a 2013, as taxas de escolarização das crianças de 0 a 3 anos e de 4 e 5 anos de idade subiram de 13,4% e 61,5% para 23,2% e 81,4%, respectivamente (Gráfico 3.1). A taxa de frequência escolar bruta das pessoas de 6 a 14 anos de idade permaneceu próxima da universalização. Por sua vez, a proporção de jovens de 15 a 17 anos de idade que frequentava escola cresceu somente 2,5 pontos percentuais, passando de 81,8% em 2004 para 84,3% em 2013.

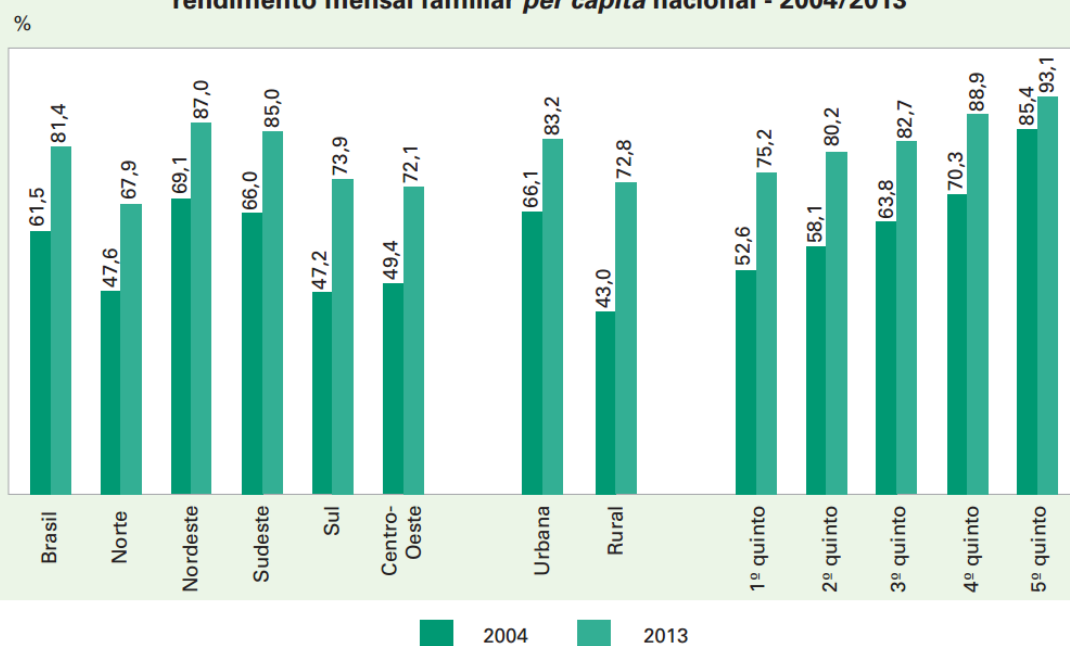


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

Apesar do avanço observado, permanece desafiador ampliar para 50% o atendimento escolar das crianças de até 3 anos de idade, até 2020 e de universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos. Por sua vez, esses grupos etários sofrerão decréscimo populacional significativo até 2060, o que representa uma oportunidade para a expansão da oferta e da qualidade do ensino nos anos iniciais de formação da criança.

Em 2013, o Norte possuía a menor proporção de crianças de 4 e 5 anos na escola (67,9%), contra 87,0% no Nordeste e 85,0% no Sudeste (Gráfico 3.2). Essas diferenças regionais resultam de fatores que vão desde questões culturais aos limites da oferta de estabelecimentos de ensino e dificuldades de deslocamento. Além disso, 27,2% das crianças dessa faixa etária, que viviam na área rural, não frequentava a escola. O acesso à escola estava próximo da universalização (93,1%) para o quinto mais rico (os 20% com maiores rendimentos), enquanto as crianças de 4 e 5 anos pertencentes ao quinto mais pobre (os 20% com menores rendimentos) apresentaram uma escolarização de 75,2%.

**Gráfico 3.2 - Proporção das crianças de 4 e 5 anos de idade que frequentam instituição de ensino, segundo as Grandes Regiões, a situação do domicílio e os quintos do rendimento mensal familiar *per capita* nacional - 2004/2013**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2004/2013.

Por meio do Censo Demográfico 2010 foi possível observar mudanças significativas no acesso à escola das crianças de 6 a 14 anos com deficiência motora severa. Em 2012, de acordo com o Censo Escolar da Educação Básica realizado pelo INEP, do total de matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental, 26,3% pertenciam a escolas que possuíam banheiro e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida. Esse percentual era de 25,4% nas escolas públicas e de 31,2% nas escolas privadas. A diferença na adequação da infraestrutura para esse grupo é ainda maior quando se comparam a proporção de matrículas nas escolas das áreas urbanas com a das áreas rurais (Tabela 1).

**Tabela 1 - Matrícula nos anos iniciais do ensino fundamental, total e proporção de matrículas em escolas que oferecem recursos para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, segundo a dependência administrativa e a localização - Brasil - 2012**

Dependência administrativa e localização	Matrícula nos anos iniciais do ensino fundamental	
	Total	Proporção de matrículas em escolas que oferecem recursos para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida (%) (1)
<b>Total</b>	<b>16 016 030</b>	<b>26,3</b>
<b>Pública</b>	<b>13 533 964</b>	<b>25,4</b>
Federal	7 164	65,0
Estadual	2 610 030	27,5
Municipal	10 916 770	24,9
<b>Privada</b>	<b>2 482 066</b>	<b>31,2</b>
<b>Localização</b>		
Urbana	13 162 350	30,7
Rural	2 853 680	6,0

Fonte: MEC/Inep, Censo Escolar da Educação Básica 2012.

(1) Banheiro e vias adequadas.

## 5. Demografia

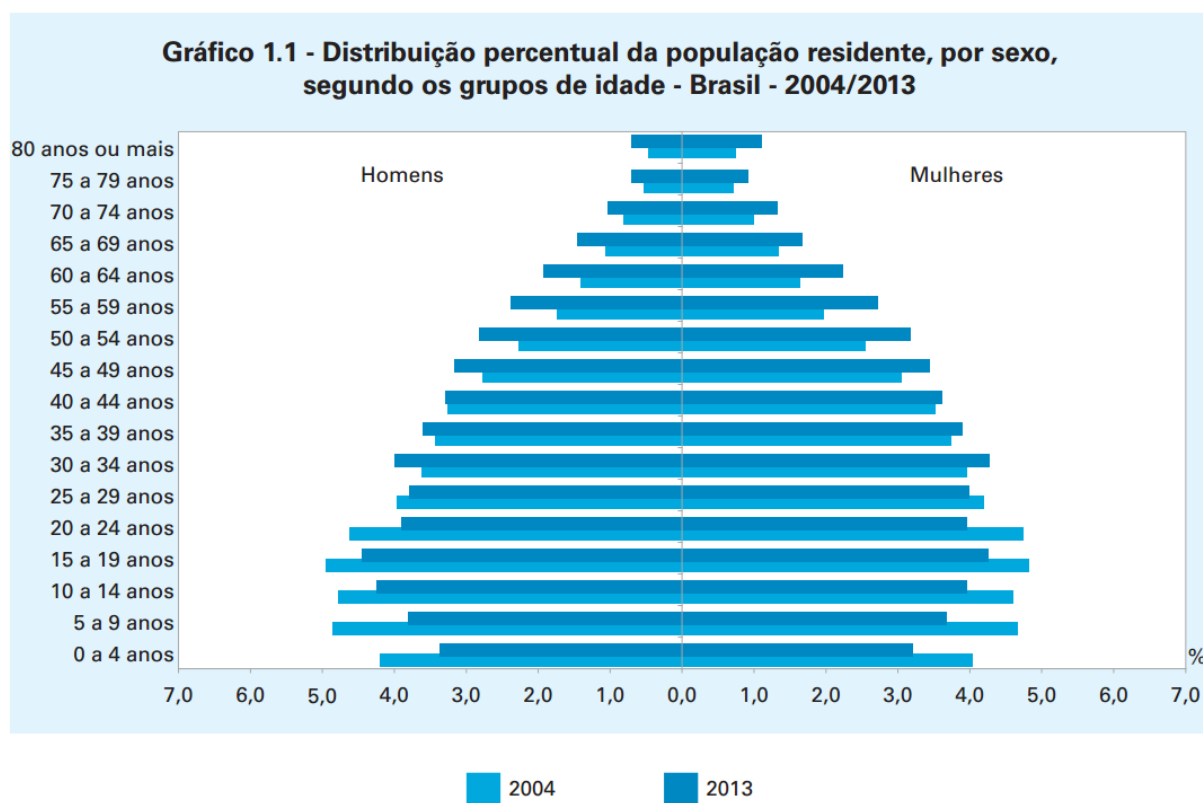
De acordo com a publicação, em 2013 a Região Sudeste foi aquela em que residia grande parte da população brasileira (42,0%), seguidas pela Região Nordeste com 27,7%, Região Sul com 14,3%, Região Norte com 8,5% e a Região Centro-Oeste com 7,5%.

Outro aspecto relacionado à distribuição da população no território refere-se ao processo de sua concentração em áreas urbanas. A taxa de urbanização, medida pela proporção de pessoas que viviam em áreas urbanas, foi de 84,8% para o Brasil, em 2013. A Região Nordeste foi a que apresentou menor taxa de urbanização, de 73,3%, seguida pela Região Norte (74,6%). Os Estados do Maranhão (58,3%), Piauí (68,4%), Pará (68,9%) e Acre (71,2%) apresentaram os menores indicadores, enquanto Rio de Janeiro (97,0%), São Paulo (96,5%), Distrito Federal (95,5%) e Goiás (91,6%) concentraram parte significativa de sua população em áreas urbanas.

A razão de sexo, calculada pela razão entre o número de pessoas do sexo masculino por 100 pessoas do sexo feminino, foi de 94,5 para o Brasil, em 2013. A composição da população por sexo foi de 51,4% de mulheres e 48,6% de homens.

Um aspecto importante da estrutura populacional por grupos etários e sexo foi a manutenção da tendência de envelhecimento da estrutura etária no País. Em 2004, a participação percentual dos grupos populacionais de 0 a 4, 5 a 9 e 10 a 14 anos de idade era menor que a do grupo de 15 a 19 anos de idade, ou seja, observava-se o forte estreitamento da base da pirâmide populacional. Na distribuição etária da população de 2013, observou-se que

este estreitamento da base da pirâmide foi ainda mais destacado. No período analisado, verificou-se que a participação do grupo com até 29 anos de idade diminuiu de 54,4%, em 2004, para 46,6% em 2013, enquanto o aumento para o grupo com 45 anos ou mais de idade foi evidente, passando de 24,0% para 30,7%, no mesmo período (Gráfico 1.1).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

Com relação aos idosos, as características mais marcantes para esse grupo de 60 anos ou mais de idade, em 2013, foram:

- maioria de mulheres no grupo (55,5%), sendo na Região Norte onde a proporção de mulheres idosas era menor (50,5%) e no Sudeste onde foi maior (56,7%);
- maioria se declarou como branca (53,4%), com indicador atingindo 79,5% dos idosos na Região Sul e somente 24,4% na Norte;
- 83,9% residentes em áreas urbanas, especialmente na Região Sudeste (92,6%);
- inserção no domicílio como a pessoa de referência (64,4%), principalmente no caso dos homens (80,3%);
- média de 4,7 anos de estudo, mas variando de 3,3 anos de estudo no Nordeste a 5,5 anos na Sudeste. 28,4% tinham menos de um ano de estudo, sendo que no Nordeste esse indicador chegou a 46,9%.
- 76,1% recebia algum benefício da previdência social, sendo que 75,3% dos homens e 59,8% das mulheres eram aposentados; e

- 48,4% tinham rendimento de todas as fontes superior a um salário mínimo (55,4% estavam nesta condição na Região Sul). 41,6% dos idosos residia em domicílios com rendimento mensal per capita igual ou inferior a um salário mínimo, sendo os valores significativamente mais altos no Norte (59,6%) e Nordeste (61,2%) (IBGE, 2014, pg. 36)

Quanto ao arranjo familiar o mais comum para os idosos (30,6%) foi aquele composto por idosos morando com filhos, todos com 25 anos ou mais de idade, na presença ou não de outros parentes ou agregados, sendo este indicador mais elevado para as idosas (33,3%) que para os idosos (27,3%). Outro arranjo comum foi o formado por casais sem filhos (26,5%), e para os homens esse arranjo foi o mais comum (33,4%) do que para as mulheres (21,0%). A proporção de idosos que viviam sozinhos, ou seja, sem filhos, cônjuge, outros parentes ou agregados, foi de 15,1%, e para as mulheres este indicador atingiu o valor de 17,8%. Desta forma, 84,9% dos idosos estavam em arranjos em que havia presença de outra pessoa com quem estabelecesse alguma relação familiar, seja cônjuge, filho, outro parente ou agregado.

Um desafio relacionado ao envelhecimento populacional diz respeito à previdência social. Para o grupo de pessoas de 60 anos ou mais de idade, 23,9% não recebiam aposentadoria ou pensão, enquanto 7,8% acumulavam aposentadoria e pensão. A proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade que acumulavam aposentadoria e pensão foi diferenciada por sexo, sendo que 2,6% dos homens e 11,9% das mulheres estavam nesta condição (Tabela 1.22). A alta proporção de idosos de 60 anos ou mais de idade que não recebiam aposentadoria ou pensão (23,9%) possivelmente está relacionada à inserção no mercado de trabalho, dado que a taxa de ocupação foi de 27,4% nesta faixa de idade, mas para aqueles que não eram aposentados ou pensionistas a taxa de ocupação foi de 45,1% (Tabela 1.26). Merece destacar também que 15,6% dos idosos de 60 anos ou mais de idade eram aposentados e estavam ocupados na semana de referência, sendo que o indicador foi de 23,2% para os homens e 9,5% entre as mulheres deste grupo etário (Tabela 1.27).



**Tabela 1.26 - Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2013**

Grandes Regiões	Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo (%)								
	60 anos ou mais			65 anos ou mais			70 anos ou mais		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
<b>Brasil</b>	27,4	40,3	17,1	19,1	29,4	11,1	13,6	21,8	7,5
Norte	31,9	44,4	19,6	22,2	31,0	13,6	17,1	25,2	9,4
Nordeste	28,9	42,6	17,9	21,6	33,3	12,2	16,5	26,7	8,8
Sudeste	24,9	36,9	15,7	16,2	25,5	9,4	10,6	17,4	6,0
Sul	30,5	43,6	19,9	22,4	33,2	14,0	16,2	24,8	10,2
Centro-Oeste	27,2	41,3	14,9	18,7	29,5	9,2	12,4	20,3	5,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

**Tabela 1.27 - Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, aposentadas e ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2013**

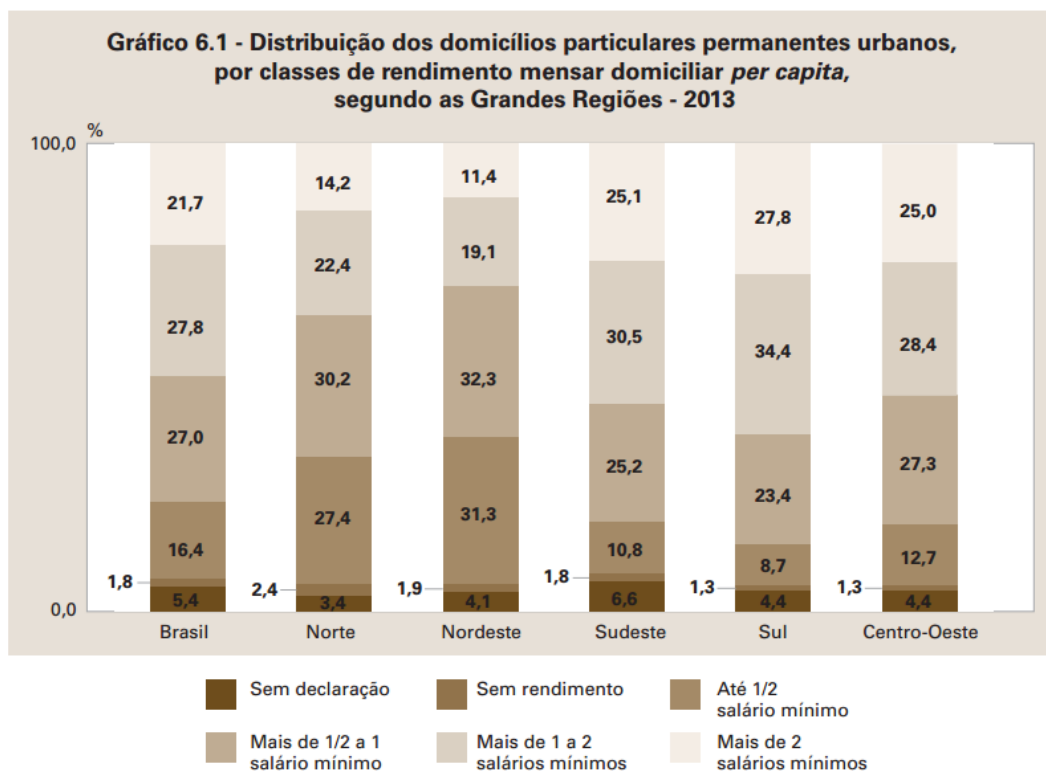
Grandes Regiões	Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, aposentadas e ocupadas na semana de referência, por sexo (%)								
	60 anos ou mais			65 anos ou mais			70 anos ou mais		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
<b>Brasil</b>	15,6	23,2	9,5	14,5	23,4	7,6	11,2	18,8	5,7
Norte	15,7	21,4	10,1	15,1	21,1	9,2	12,7	18,4	7,2
Nordeste	18,9	27,9	11,7	17,6	28,0	9,3	14,5	24,1	7,2
Sudeste	12,6	19,3	7,4	11,7	19,9	5,7	8,4	14,8	4,0
Sul	20,4	29,1	13,4	18,3	28,0	10,8	14,0	21,6	8,5
Centro-Oeste	11,1	17,1	5,8	11,6	19,2	4,9	9,7	16,5	3,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

## 6. Domicílios

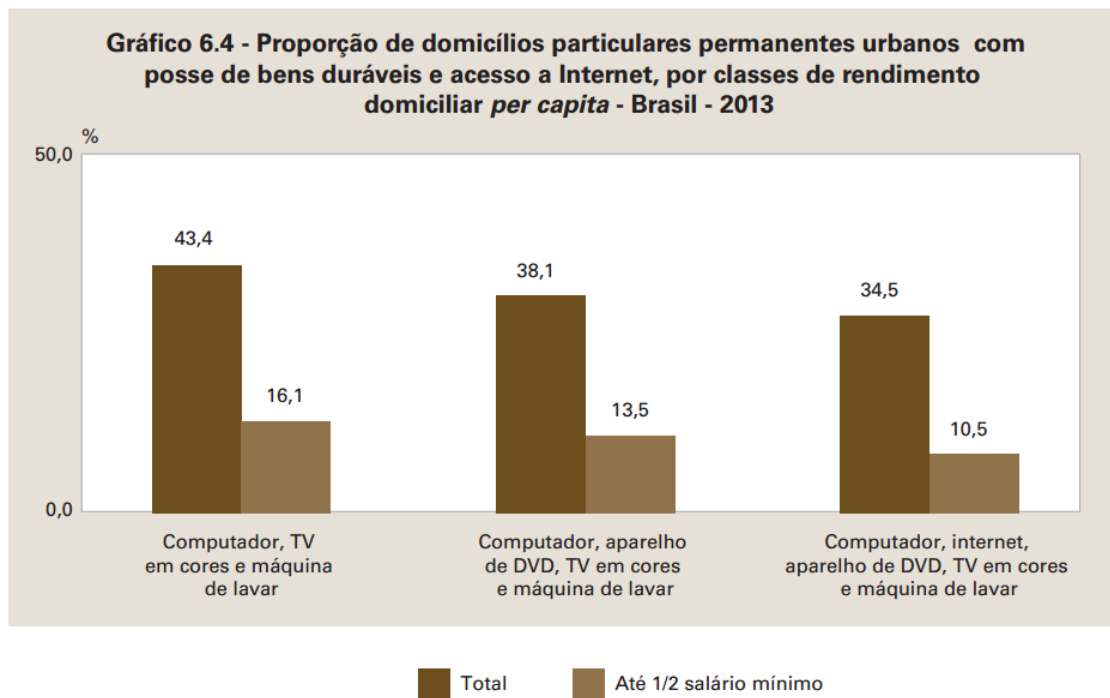
O número total de domicílios vem se expandindo em ritmo superior ao crescimento da população. Enquanto a população brasileira cresceu 9,8% entre 2004 e 2013, o número total

de domicílio particulares no Brasil cresceu 25,1% no mesmo período. Em 2013, verificou-se que em 16,4% dos domicílios brasileiros o rendimento médio mensal domiciliar per capita era de até ½ salário mínimo e que para a classe de rendimento mais alto (acima de 2 salários mínimos) este percentual alcançou 21,7%. Na Região Norte, 27,4% dos domicílios situam-se na classe de rendimento mais baixo (até ½ salário mínimo) e na Região Nordeste esta proporção foi de 31,3% (Gráfico 6.1).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

O resultado da PNAD 2013 mostrou que 43,4% dos domicílios urbanos tinham acesso simultâneo ao conjunto de bens da cesta composta por computador, TV em cores e máquina de lavar roupa. Dos 9,2 milhões de domicílios urbanos com rendimento médio domiciliar de até ½ salário mínimo per capita, 16,1% tinham simultaneamente acesso ao conjunto de bens que serviu de ponto de partida para esta análise. Ao acrescentar o DVD o acesso à nova cesta teve uma queda para 13,5%, e, ao considerar o acesso domiciliar a Internet, este percentual foi para um patamar mais baixo ainda, alcançando 10,5% dos domicílios.



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

## Referência Bibliográfica

IBGE, *Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira*: 2014, Rio de Janeiro : IBGE, 2014.